



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

PREGÃO ELETRÔNICO 13/2026

Prefeitura Municipal de Bodoquena

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de borracharia, para a frota municipal, a fim de atender as demandas pertencentes a Secretaria Municipal De Obras e Infraestrutura.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 223.488,25

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/05/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço Global

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP: NÃO

REGISTRO TCE: C45D5F3F90E52F0BD346FF4BC5E62D2F6A52D95B





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

Processo Administrativo nº 51/2026

Torna-se público que o Município de Bodoquena, por meio do Departamento Especial de Compras, Licitações e Contratos, sediada na Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, Nº 1020, bairro Bandeira II, na cidade de Bodoquena, estado de Mato Grosso do Sul, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, o Decreto nº 08, de 2 de janeiro de 2024, publicado no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul – ASSOMASUL, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Sítio Eletrônico: <http://comprasnet.gov.br/>

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de prestação de serviços de borracharia, para a frota municipal, a fim de atender as demandas pertencentes a Secretaria Municipal De Obras e Infraestrutura.

1.2. A licitação será realizada em grupo, formado por 47 (quarenta e sete) itens, conforme tabela constante no termo de Referência, devendo o licitante oferecer nos itens que a interessa.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1.3. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema ComprasNet (<http://comprasnet.gov.br/>).

1.3.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema mencionado no item 3.1. até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

1.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

- 1.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 1.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 1.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 1.8. Não poderão disputar esta licitação:
- 1.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 1.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 1.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 1.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 1.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 1.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 1.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

1.8.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

1.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

1.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

1.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

1.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

1.12. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

1.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

1.14. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.15. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

1.16. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

1.17. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

1.17.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

1.17.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

1.17.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

1.17.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

1.18. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.19. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

1.19.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

1.19.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

1.20. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

1.21. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

1.22. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

1.23. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

1.24. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

1.24.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

1.24.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

1.25. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

1.26. O valor final mínimo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

1.27. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

1.28. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1.29. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1.29.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

1.29.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

1.30. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

1.31. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

1.32. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

1.33. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

1.34. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.35. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

1.36. O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

1.37. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

1.38. Considerando que o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

1.39. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1.40. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

1.41. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

1.42. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

1.43. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

1.44. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

1.44.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

1.44.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

1.45. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

1.46. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

- 1.47. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 1.48. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 1.49. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao ultimo por ele ofertado e registrado no sistema.
- 1.50. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 10,00 (dez reais).
- 1.51. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de **disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 1.51.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 1.51.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 1.51.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 1.52. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 1.53. Poderá o Agente de contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 1.54. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de contratação.
- 1.55. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 1.56. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

1.57. No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

1.58. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do agente de contratação aos participantes do certame, publicada no site (<http://comprasnet.gov.br/>), quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

1.59. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

1.60. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

1.60.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

1.60.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

1.60.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

1.60.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

1.60.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

1.60.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

1.60.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

1.61. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

1.62. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

1.62.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

1.62.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

1.62.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

1.62.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

1.63. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1.63.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

1.63.2. empresas brasileiras;





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

- 1.63.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 1.63.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 1.64. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 1.65. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 1.65.1. Por se tratar de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
- 1.65.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 1.65.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 1.65.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 1.66. O Agente de contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 1.66.1. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 1.67. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

DA FASE DE JULGAMENTO

1.68. Encerrada a etapa de negociação, o Agente da contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1.68.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

1.68.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

1.68.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

1.68.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

1.69. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente da contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 4.5 deste edital.

1.70. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente da contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

1.71. Será desclassificada a proposta vencedora que:

1.71.1. conter vícios insanáveis;

1.71.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

1.71.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

1.71.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

1.71.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

1.71.6. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente da contratação, que comprove:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

1.71.6.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

1.71.6.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

1.72. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.73. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

1.74. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou aqueles que se comprovem através do SICAF.

1.75. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

1.76. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

1.77. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

1.78. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

1.79. Habilitação jurídica:

1.79.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.79.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;





Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

1.79.3. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

1.79.4. No caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.79.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.79.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

1.79.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

1.80. Regularidade fiscal e trabalhista:

1.80.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.80.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.80.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.80.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

1.80.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.80.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (ISS) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

1.80.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.80.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.80.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Municipal.

1.81. Qualificação Econômico-Financeira.

1.82. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

1.83. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Disposições gerais sobre habilitação:

1.84. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

1.85. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

1.86. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

1.87. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

1.88. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

1.89. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas** a contar da solicitação do Agente de contratação no sistema eletrônico e deverá:

1.89.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

1.89.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

1.90. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

1.90.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

1.91. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

1.91.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

1.92. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

1.93. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

1.94. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.95. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

1.96. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

1.97. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

1.98. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

1.99. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

1.100. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

DOS RECURSOS

1.101. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.102. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

1.103. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1.103.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

1.103.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

1.103.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

1.104. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

1.105. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

1.106. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

1.107. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

1.108. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.109. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

1.110. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (<https://transparencia.betha.cloud/>)

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

1.111. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

1.111.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente da contratação/a durante o certame;

1.111.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1.111.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

1.111.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

1.111.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

1.111.2.4. deixar de apresentar amostra;

1.111.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

1.111.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.111.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

1.111.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

1.111.5. fraudar a licitação

1.111.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1.111.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

1.111.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

1.111.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

1.111.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

1.111.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

1.112. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

1.112.1. advertência;

1.112.2. multa;

1.112.3. impedimento de licitar e contratar e

1.112.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

1.113. Na aplicação das sanções serão considerados:

1.113.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

1.113.2. as peculiaridades do caso concreto

1.113.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

1.113.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

1.113.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.114. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

1.114.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

1.114.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

1.115. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

1.116. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

1.117. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

1.118. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

1.119. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

1.120. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

1.121. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

1.122. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

1.123. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.124. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

DO REAJUSTE

1.125. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

1.126. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.127. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.128. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.129. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.130. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

1.131. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.132. O reajuste será realizado por apostilamento.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1.133. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

1.134. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1.135. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: <http://comprasnet.gov.br/> ou licitabodoquena@gmail.com.

1.136. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1.136.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

1.137. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.138. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

1.139. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente da contratação.

1.140. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

1.141. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

1.142. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

1.143. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

1.144. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

1.145. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

1.146. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.betha.cloud/>.

1.147. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.147.1. ANEXO I - Termo de Referência

1.147.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

1.147.2. ANEXO II – Minuta do Contrato

Bodoquena/MS, 28 de abril de 2026.

**ERMESON LUNA BONFIM
SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA**





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de prestação de serviços de borracharia, para a frota municipal, a fim de atender as demandas pertencentes a Secretaria Municipal De Obras e Infra-estrutura.

Item	Código	Descrição	Unid. de Medida	Quant.
1	1863436	Conserto de pneu 1.000xr20 sem tip top	Serv.	150
2	1863437	Conserto de pneu 1.000xr20 com tip top	Serv.	150
3	1863438	Montagem e desmontagem de pneu 1.000xr20	Serv.	75
4	1863439	Conserto de pneu 900xr20 sem tip top	Serv.	30
5	1863440	Conserto de pneu 900xr20 com tip top	Serv.	30
6	1863441	Montagem e desmontagem de pneu 900xr20	Serv.	15
7	1863444	Montagem e desmontagem de Pneu 1.100xr22	Serv.	5
8	1863445	Conserto de pneu 1.400x24 PN14G2/L2 12 lonas sem câmara de ar sem tip top	Serv.	150
09	1863446	Conserto de pneu 1.400x24 PN14G2/L2 12 lonas sem câmara de ar com tip top	Serv.	150
10	1863447	Montagem e desmontagem de pneu 1.400x24 PN14G2/L2 12 lonas sem câmara de ar	Serv.	75
11	1863448	Conserto de pneu 1.300x24 sem tip top	Serv.	34
12	1863449	Conserto de pneu 1.300x24 com tip top	Serv.	34
13	1863450	Montagem e Desmontagem de pneu 1.300x24	Serv.	17
14	1863451	Conserto de pneu 750x16 sem tip top	Serv.	30
15	1863452	Conserto de pneu 750x16 com tip top	Serv.	30
16	1863453	Montagem e desmontagem de pneu 750x16	Serv.	15
17	1863454	Conserto de pneu 12-16-5 sem tip top	Serv.	14
18	1863455	Conserto de pneu 12-16-5 com tip top	Serv.	14
19	1863456	Montagem e desmontagem de pneu 12-16-5	Serv.	7
20	1863457	Conserto de pneu 750x18 sem tip top	Serv.	20
21	1863458	Conserto de pneu 750x18 com tip top	Serv.	20
22	1863459	Montagem e desmontagem de pneu 750x18	Serv.	10
23	1863460	Conserto de pneu 18x4-30 sem tip top	Serv.	20
24	1863461	Conserto de pneu 18x4-30 com tip top	Serv.	20
25	1863462	Montagem e desmontagem de pneu 18x4-30	Serv.	10





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

26	1863463	Conserto de pneu 265 70/16 sem tip top	Serv.	40
27	1863464	Conserto de pneu 265 70/16 com tip top	Serv.	40
28	1863465	Montagem e desmontagem de pneu 265 70/16	Serv.	40
29	1863466	Conserto de pneu lt235/75 r15 sem tip top	Serv.	34
30	1863467	Conserto de pneu lt235/75 r15 com tip top	Serv.	34
31	1863468	Montagem e desmontagem de pneu lt235/75 r15	Serv.	17
32	1863469	Conserto de pneu 18x4-34 sem tip top	Serv.	20
33	1863470	Conserto de pneu 18x4-34 com tip top	Serv.	20
34	1863471	Montagem e Desmontagem de Pneu 18x4-34	Serv.	10
35	1863472	Conserto de pneu 19.5l-24/t525 sem tip top	Serv.	24
36	1863473	Conserto de pneu 19.5l-24/t525 com tip top	Serv.	24
37	1863474	Montagem e Desmontagem de Pneu 19.5L-24/T525	Serv.	12
38	1863475	Montagem e desmontagem e conserto de pneu 185x70 ar 14 sem tip top	Serv.	24
39	1863476	Montagem e desmontagem e conserto de pneu 185x70 ar 14 com tip top	Serv.	24
40	1863477	Montagem e desmontagem de pneu 185x70 ar 14	Serv.	12
41	1863478	Montagem e desmontagem e conserto de pneu 17.5-25 sem tip top	Serv.	150
42	1863479	Montagem e desmontagem e conserto de pneu 17.5-25 com tip top	Serv.	150
43	1863480	Montagem e desmontagem de pneu 17.5-25	Serv.	200
44	1863481	Montagem e desmontagem e conserto de pneu 275/80r22.5 sem tip top	Serv.	150
45	1863482	Montagem e desmontagem e conserto de pneu 275/80r22.5 com tip top	Serv.	150
46	1863483	Montagem e desmontagem de pneu 275/80r22.5	Serv.	300
47	1862487	Prestação de serviço de socorro a distância por km rodado	KM	1.500

Veículos pequenos e médios:

ITEM	VEÍCULO	PLACA	CHASSI
1	Strada Endurance	RWD2G91	9BD281A2DNYX59773
2	Fiat Siena	HTO 3370	8AP372171E6061859
3	Vw kombi	HTO 1752/MS	9BWMF07X2BP021242
4	Camionete s10	HTO 1H63	9BG148CP0DC478816
5	Camionete ranger	HTO 3579	8AFAR22F5EJ182246





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

6	Caminhonete Ranger XL 12d	HQH 7907/MS	8AFDR12DX1J188592
7	Caminhonete Ranger XL cd4	NRZ-3150	8AFAR23JXDJ068602
8	Caminhonete Ranger XL cd4	NRL-8J70	8AFAR22F1EJ244810
9	Caminhonete Frontier LE 25 x 4	HTO 1753/MS	94DVCUD40CJ834316
10	Caminhonete GM s10 colina d 4x4	HSH3G75/MS	9BG138JJ08C427719
11	Caminhonete fechada GM/ blazer	HSH-4732	Termo doação anexo
12	Caminhonete fechada GM / blazer	HSH-1798	Termo doação anexo
13	Caminhão Agrale 14000	RWB7J47/MS	9BYC78A2ANC000560
14	Caminhão Mercedes Benz Accelo 815 CE	REW5C84/MS	9BM979026MB211711
15	Caminhão Mercedes Benz Atego 2426	QAW0A87/MS	9BM958164LB160080
16	Caminhão Vw/24.280 CRM 6x2	QAB6011/MS	953658248LR004559
17	Caminhão Vw 26280 CRM 6x4	NRZ 3J00/RJ	953658260ER419315
18	Caminhão Volks 14.140	HQH-2768	
19	Caminhão Mercedez Benz 1516	HQH-4037	34530812691818
20	Caminhão Ford Cargo 2623 6x4	NRZ 3983/MS	9BFZEAMD5EBS56180
21	Caminhão Mercedes Benz Accelo 815 CE	HSU8835/MS	9BM979026JB109094
22	Caminhão Scania p124cb6x4nz 420	DGE1143/MS	9BSP6X4B013530406
23	Caminhão Mercedez Benz LK 1513	HQH 2789/MS	9BM345033HB748827
24	Caminhão Chevrolet d60	HRC0442/MS	BC683PPK26979
25	Caminhão Ford Cargo 1319	NRZ 3981/MS	9BFXEB1B8DBS55037
26	Caminhão Agrale 14000	RWB7J47/MS	9BYC78A2ANC000560
27	Caminhão Mercedez Benz Accelo 815 CE	REW5C84/MS	9BM979026MB211711
28	Caminhão Mercedez Benz Atego 2426	QAW0A87/MS	9BM958164LB160080
29	Caminhão Vw/24.280 CRM 6x2	QAB6011/MS	953658248LR004559
30	Ônibus m. Bens Of 1113	HQG 4381/MS	34405811064366REM
31	Patrol Xcmg	Nº SÉRIE: XUG18031ENPB00502	
32	Patrol New Holland RG 170b	CEDIDO PELA AGRAER	
33	Patrol New Holland VHP RG 170b	Nº SÉRIE: HBZN0170EKFO7580	
34	Patrol Caterpillar 120k	Nº PATRIMÔNIO: 12434	
35	Pá carregadeira Xcmg LW 300kv – pró solo	Nº SÉRIE: XUG0300VJNPB03439	
36	Pá carregadeira Xcmg LW 300kv	Nº PATRIMÔNIO: 16448	
37	Pá carregadeira Xcmg LW 300kv	Nº SÉRIE:	
38	Pá carregadeira Fiat Allis FR-10	Nº PATRIMÔNIO: 7733	
39	Escavadeira hidráulica Xcmg 225	Nº SÉRIE:XUG02152CNPA01270	
40	Escavadeira hidráulica Hyundai LC-7 140	Nº PATRIMÔNIO: 9152	
41	Retroescavadeira Rondon RD406	Nº PATRIMÔNIO: 10715	
42	Rolo Compactador Liugong	Nº SÉRIE: LGJ6612ECNR056057	
43	Trator Esteiras Caterpillar d4e	Nº PATRIMÔNIO: 7740	
44	Trator agrícola Massey Ferguson 283	Nº PATRIMÔNIO: 7735	
45	Trator agrícola Massey Ferguson	CHASSI 000T292407C012092	





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

	292	
--	-----	--

1.2. A contratação de prestação de serviços de borracharia, são caracterizados como comuns conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência desta Licitação sera de 12 (doze) meses, contado a partir da data da celebração do instrumento legal.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Para o funcionamento adequado dos veículos da frota da secretaria de Obras há a necessidade de prestação dos serviços de borracharia. Para garantir a segurança dos condutores e passageiros dos veículos e máquinas, caso não haja devida manutenção corretiva/preventiva poderá ocasionar acidentes, derrapagens e eventuais problemas que poderiam ser evitados caso houvesse o devido serviço de borracharia. Nesse sentido, a contratação de serviços de borracharia para a frota da Secretaria de Obras se apresenta como uma medida estratégica, não apenas para garantir a segurança no trânsito, mas também para promover a economia de recursos públicos e assegurar a continuidade dos serviços essenciais, conforme especificações pormenorizadas que constarão em momento oportuno do Termo de Referência. A conservação adequada dos pneus dos veículos da frota municipal impacta diretamente na segurança dos motoristas e passageiros. Pneus desgastados ou mal conservados aumentam o risco de acidentes, comprometendo a integridade física dos servidores e da população. Além disso, a falta de manutenção adequada pode gerar falhas mecânicas, resultando na paralisação de serviços essenciais, coleta de lixo e resíduos, patrolamentos, recolhimento de entulhos e manutenções de estradas. Assim, a contratação de serviços de borracharia contribui para a redução desses riscos, assegurando que os veículos operem em perfeitas condições.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DEVIDA DO OBJETO

3.1. Solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de borracharia destinados à manutenção da frota de veículos pertencente a secretaria municipal. Essa prestação de serviços abrange reparos, consertos, substituição, montagem e desmontagem de pneus, além de serviços emergenciais e de manutenção preventiva que garantam a plena operação dos veículos públicos. Considerando a indisponibilidade de estrutura própria, mão de obra técnica qualificada e equipamentos específicos por parte do município para a execução direta desses serviços, torna-se necessária a terceirização a fim de assegurar a continuidade e a eficiência das atividades desenvolvidas pela frota municipal. Esses serviços são fundamentais para a manutenção dos veículos que atendem setores essenciais como coleta de lixo e resíduos, patrolamentos, recolhimento de entulhos e manutenções de estradas e demais serviços administrativos, esse serviço garante o funcionamento adequado e seguro dos veículos municipais que desempenham funções essenciais para a população.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 As demandas dos serviços desta licitação, serão fornecidos no endereço que houver necessidade da prestação dos serviços, ou endereço indicado ou repassados por escrito à CONTRATADA, contendo todas as informações necessárias à sua execução;

4.1.2. As obrigações da contratante e contratada, incluindo deveres e específicos e compatíveis com o objeto, serão definidos no termo de referência;

4.2. Após o recebimento da ordem de fornecimento, o prestador de serviços terá até 2h para atender as necessidades solicitadas;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

4.2.1. A empresa vencedora deverá obrigatoriamente, ter sede no município para uma melhor prestação dos serviços, qualidade, planejamento na contratação a fim que haja celeridade e eficiência no oferecimento dos serviços ofertados.

Requisitos Mínimos de Qualidade:

4.3. atender com itens que estejam de acordo com as especificações e quantitativos em conformidade com as condições solicitadas pela secretaria demandante, obrigando-se a substituir aquele(s) não achado(s) conforme(s) pela CONTRATANTE;

4.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato que não terão nenhum vínculo empregatício com a administração;

4.5. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO no fornecimento do objeto, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

4.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Subcontratação

4.7. Não será admitido a subcontratação dos itens solicitados neste processo licitatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O licitante deve fornecer os serviços de acordo com as especificações e quantitativos em conformidade com as condições deste instrumento;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

5.2. O licitante vencedor deverá manter pessoal e equipamentos suficientes para o atendimento quando for solicitado;

5.3. Fornecer o serviço obedecendo às quantidades requisitadas, qualidade, horários, prazos e locais estabelecidos para a execução;

Local de entrega dos objetos

5.4. A contratada deverá ofertar os serviços solicitados de forma parcelada, conforme Solicitações de Fornecimento emitidas pela Secretaria Municipal de Obras.

- Rua Manoel de Pinho s/nº – Bairro Arco Iris, Secretaria Municipal de Obras - Prefeitura Município de Bodoquena-MS Email: bodoquenaobras@gmail.com

A garantia contratual e complementar é legal e deverá ser conferida mediante termo escrito.

6. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá, a seu critério, convocar o representante da empresa contratada para reunião





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução dos serviços, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização:

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, em cumprimento ao disposto no art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/2021.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme estabelecido no art. 117, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

6.12. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Gestor do contrato

6.13. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato (fiscal técnico ou fiscal administrativo, a depender da natureza da obrigação) atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obtem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2. Não produzir os resultados acordados;

7.2.1. Deixar de executar, ou não executar com qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demanda.

7.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo fiscal de contrato, após a verificação da qualidade, quantidade e consequentemente aceitação mediante termo detalhado;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

7.4. O recebimento provisório ou definido não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviços nem responsabilidade etico-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação,

7.6. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8. O prazo de validade;

7.8.1. A data da emissão;

7.8.2. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.3. O período respectivo de execução do contrato;

7.8.4. O valor a pagar;

7.8.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser Obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularização fiscal;

7.11. Constatando-se, junto ao sistema, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularização, ou no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada do contratado a ampla defesa;

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao sistema;

7.15. O Poder Executivo do Município de Bodoquena/MS, ao efetuar pagamento a pessoa jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria, contratado e prestado, procederá a retenção do Imposto de Renda – IR, em observância ao disposto no Decreto Municipal n. 302, de 30 de agosto de 2023, que “Dispõe sobre a retenção do Imposto de Renda nos pagamentos efetuados pelos órgãos, autarquias e fundações municipais a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e prestação de serviços”, bem como em observância na Instrução Normativa nº 1.234/2012, com alterações dadas pela Instrução Normativa nº 2.145/2023 da Receita Federal do Brasil.

7.16. Não se aplica a retenção de imposto de renda prevista no Decreto Municipal nº302/2023 as pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

ou alíquota zero de imposto de renda conforme o artigo 4º da Instrução Normativa 1.234/2012, devendo apresentar declaração, conforme determinado no Decreto Municipal.

7.17. Na forma do art. 5º do Decreto Municipal n.302/2023, nos documentos fiscais com data de emissão posteriores à vigência do decreto, deverá constar a informação de retenção do IR, sob pena de devolução da referida Nota Fiscal para correção.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 dias úteis a contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoa Jurídica do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede matriz;

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da Lei.

Qualificação Econômico - Financeira

8.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Os preços unitários, foram obtidos pela média de preços com base na pesquisa realizada pela Divisão de Compras, utilizando-se de diversas fontes conforme determina a Legislação vigentes.

9.2. Com base na planilha de médias obtidas por veículo, chegou-se ao valor global estimado de: **R\$ 223.488,25** (duzentos e vinte e três mil quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos), conforme pesquisa de preços anexo a este processo.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente da contratação/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. Fraudar a licitação

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a pré-via defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quin-





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

ze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

2140- Operacionalização, Reforma e Manutenção de Estradas Mata burros e Pontes Rurais – 107 – 3.3.90.00 – Aplicações Diretas – 1.799.7400 – Fundersul.

O presente termo de referência foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

Bodoquena MS, 12 de março de 2026.

Elaborado por:
Lindaure Aparecida Coelho

Fiscal do Contrato:
Ivon Gomes

Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, nº 1020 | CEP: 79.390-000 | Fone: 67 3268-1104
www.bodoquena.ms.gov.br





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Sec. Executivo Obras

Operador de Maquinas

Gestor do Contrato:

Aurelio Alves Barbosa
Coordenador Estradas/Pontes/Mata-burros

Autorizado por:

Emerson Luna Bonfim
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR e GERENCIAMENTO DE RISCO

OBJETO:

Análise e viabilidade técnica para futura e eventual contratação de prestação de serviços de borracharia, para a frota municipal, a fim de atender as demandas pertencentes a Secretaria Municipal De Obras e Infraestrutura.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

Para o funcionamento adequado dos veículos da frota da secretaria de Obras há a necessidade de prestação dos serviços de borracharia. Para garantir a segurança dos condutores e passageiros dos veículos e máquinas, caso não haja devida manutenção corretiva/preventiva poderá ocasionar acidentes, derrapagens e eventuais problemas que poderiam ser evitados caso houvesse o devido serviço de borracharia. Nesse sentido, a contratação de serviços de borracharia para a frota da Secretaria de Obras se apresenta como uma medida estratégica, não apenas para garantir a segurança no trânsito, mas também para promover a economia de recursos públicos e assegurar a continuidade dos serviços essenciais, conforme especificações pormenorizadas que constarão em momento oportuno do Termo de Referência. A conservação adequada dos pneus dos veículos da frota municipal impacta diretamente na segurança dos motoristas e passageiros. Pneus desgastados ou mal conservados aumentam o risco de acidentes, comprometendo a integridade física dos servidores e da população. Além disso, a falta de manutenção adequada pode gerar falhas mecânicas, resultando na paralisação de serviços essenciais, coleta de lixo e resíduos, patrolamentos, recolhimento de entulhos e manutenções de estradas. Assim, a contratação de serviços de borracharia contribui para a redução desses riscos, assegurando que os veículos operem em perfeitas condições.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:

2.1. A prestação de serviços de borracharia pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

a) Lei Nº 14.133/2021;

b) A presente contratação será vinculada ao Plano de Contratação BDQ/2.026 (que está sendo elaborado). A efetivação da referida aquisição viabilizará o atingimento dos objetivos propostos da Administração, voltado para o atendimento de necessidades da sociedade e solução de problemas, agregando os conjuntos de ações com objetivos comuns.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Especificação (detalhamento dos objetos)

3.1.1. As demandas a serem contratadas (prestação de serviços de borracharia), solicitados serão repassadas por escrito à CONTRATADA, contendo todas as informações necessárias à sua execução, devendo aquela providenciar sua execução;

3.1.2. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a esta Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.1.3. Fornecer os serviços e adotar todas as medidas preventivas no sentido de se minimizar acidentes ou danos que venham a comprometer a qualidade e a quanti-





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

dade fornecida, manter, pessoal e equipamentos suficientes para o atendimento, assumindo ainda inteira responsabilidade quanto à qualidade da execução dos serviços;

3.1.4. Fornecer o objeto obedecendo às quantidades requisitadas, qualidade, horários, prazos e locais estabelecidos para a execução, cumprindo todas as demais cláusulas do presente contrato;

3.1.5. Recomenda-se que a empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, caso não tenha, providenciar estabelecimento na sede do município para prestação dos serviços para melhor qualidade e planejamento na contratação a fim que haja celeridade e eficiência no oferecimento dos serviços.

3.2. Sustentabilidade

3.2.1. Para essa contratação de prestação de serviços de borracharia, objetos deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental vigentes e decorrentes da lei 14.133/21.

3.3. Indicação de marca ou modelo

3.3.1. Não haverá a necessidade de indicação de marca ou modelo específico, para esse certame licitatório, porém, os mesmos precisam ser devidamente e adequadamente compatíveis com o que se pede nesse Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, ou seja, itens de primeira linha e com a máxima qualidade e durabilidade devendo apresar selo Inmetro.

3.4. Exigência de amostra

3.4.1. Não será necessário exigência de amostra para esse certame licitatório.

3.5. Subcontratação





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

3.5.1. A contratada deverá oferecer a prestação de serviços de borracharia não podendo transferir a responsabilidade pelos serviços licitados para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

3.6. Garantia da contratação

3.6.1. A garantia contratual é complementar é legal e deverá ser conferida mediante termo escrito; Secretaria Municipal de Obras - Prefeitura Município de Bodoquena-MS - Rua Manoel de Pinho s/nº – Bairro Arco Iris, Email: bodoquenao-bras@gmail.com

3.6.2. A entrega do(s) itens, será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração designado(s) para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

3.1.3 A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ã)o apresentar toda a documentação necessária à habilitação constantes no aviso de processo licitatório.

3.7. Transição Contratual

3.7.1. Não se aplica para esse certame licitatório.

3.8. Local de entrega do bem ou de prestação do serviço

3.8.1. A contratada deverá entregar os serviços de forma parcelada, conforme solicitações de fornecimento emitidas pela Secretaria Municipal de Obras. É fundamental que os serviços sejam feitos de maneira segura, protegendo os veículos de possíveis danos. Além disso, é importante manter as condições, a quantidade e qualidade corretas dos serviços ofertados, conforme solicitado.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHES DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA:





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

4.1. através desse levantamento, foi possível identificar as quantidades específicas a serem contratadas, evitando tanto a falta quanto o excesso de serviços, assegurando que todos os requisitos e necessidades específicas da administração pública sejam plenamente contemplados, garantindo, assim, a eficácia e a eficiência na prestação dos serviços e a continuidade da manutenção da frota conforme tabela abaixo:

Item	Código	Descrição	Unid. de Medida	Quant.
1	1863436	Conserto de pneu 1.000xr20 sem tip top	Serv.	150
2	1863437	Conserto de pneu 1.000xr20 com tip top	Serv.	150
3	1863438	Montagem e desmontagem de pneu 1.000xr20	Serv.	75
4	1863439	Conserto de pneu 900xr20 sem tip top	Serv.	30
5	1863440	Conserto de pneu 900xr20 com tip top	Serv.	30
6	1863441	Montagem e desmontagem de pneu 900xr20	Serv.	15
7	1863444	Montagem e desmontagem de Pneu 1.100xr22	Serv.	5
8	1863445	Conserto de pneu 1.400x24 PN14G2/L2 12 lonas sem câmara de ar sem tip top	Serv.	150
09	1863446	Conserto de pneu 1.400x24 PN14G2/L2 12 lonas sem câmara de ar com tip top	Serv.	150
10	1863447	Montagem e desmontagem de pneu 1.400x24 PN14G2/L2 12 lonas sem câmara de ar	Serv.	75
11	1863448	Conserto de pneu 1.300x24 sem tip top	Serv.	34
12	1863449	Conserto de pneu 1.300x24 com tip top	Serv.	34
13	1863450	Montagem e Desmontagem de pneu 1.300x24	Serv.	17
14	1863451	Conserto de pneu 750x16 sem tip top	Serv.	30
15	1863452	Conserto de pneu 750x16 com tip top	Serv.	30
16	1863453	Montagem e desmontagem de pneu 750x16	Serv.	15
17	1863454	Conserto de pneu 12-16-5 sem tip top	Serv.	14
18	1863455	Conserto de pneu 12-16-5 com tip top	Serv.	14
19	1863456	Montagem e desmontagem de pneu 12-16-5	Serv.	7
20	1863457	Conserto de pneu 750x18 sem tip top	Serv.	20
21	1863458	Conserto de pneu 750x18 com tip top	Serv.	20
22	1863459	Montagem e desmontagem de pneu 750x18	Serv.	10





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

23	1863460	Conserto de pneu 18x4-30 sem tip top	Serv.	20
24	1863461	Conserto de pneu 18x4-30 com tip top	Serv.	20
25	1863462	Montagem e desmontagem de pneu 18x4-30	Serv.	10
26	1863463	Conserto de pneu 265 70/16 sem tip top	Serv.	40
27	1863464	Conserto de pneu 265 70/16 com tip top	Serv.	40
28	1863465	Montagem e desmontagem de pneu 265 70/16	Serv.	40
29	1863466	Conserto de pneu lt235/75 r15 sem tip top	Serv.	34
30	1863467	Conserto de pneu lt235/75 r15 com tip top	Serv.	34
31	1863468	Montagem e desmontagem de pneu lt235/75 r15	Serv.	17
32	1863469	Conserto de pneu 18x4-34 sem tip top	Serv.	20
33	1863470	Conserto de pneu 18x4-34 com tip top	Serv.	20
34	1863471	Montagem e Desmontagem de Pneu 18x4-34	Serv.	10
35	1863472	Conserto de pneu 19.5l-24/t525 sem tip top	Serv.	24
36	1863473	Conserto de pneu 19.5l-24/t525 com tip top	Serv.	24
37	1863474	Montagem e Desmontagem de Pneu 19.5L-24/T525	Serv.	12
38	1863475	Montagem e desmontagem e conserto de pneu 185x70 ar 14 sem tip top	Serv.	24
39	1863476	Montagem e desmontagem e conserto de pneu 185x70 ar 14 com tip top	Serv.	24
40	1863477	Montagem e desmontagem de pneu 185x70 ar 14	Serv.	12
41	1863478	Montagem e desmontagem e conserto de pneu 17.5-25 sem tip top	Serv.	150
42	1863479	Montagem e desmontagem e conserto de pneu 17.5-25 com tip top	Serv.	150
43	1863480	Montagem e desmontagem de pneu 17.5-25	Serv.	200
44	1863481	Montagem e desmontagem e conserto de pneu 275/80r22.5 sem tip top	Serv.	150
45	1863482	Montagem e desmontagem e conserto de pneu 275/80r22.5 com tip top	Serv.	150
46	1863483	Montagem e desmontagem de pneu 275/80r22.5	Serv.	300
47	1862487	Prestação de serviço de socorro a distância por km rodado	KM	1.500

Veículos pequenos e médios:

Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, nº 1020 | CEP: 79.390-000 | Fone: 67 3268-1104
www.bodoquena.ms.gov.br





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

ÍTEM	VEÍCULO	PLACA	CHASSI
1	Strada Endurance	RWD2G91	9BD281A2DNYX59773
2	Fiat Siena	HTO 3370	8AP372171E6061859
3	Vw kombi	HTO 1752/MS	9BWMF07X2BP021242
4	Camionete s10	HTO 1H63	9BG148CP0DC478816
5	Camionete ranger	HTO 3579	8AFAR22F5EJ182246
6	Caminhonete Ranger XL 12d	HQH 7907/MS	8AFDR12DX1J188592
7	Caminhonete Ranger XL cd4	NRZ-3150	8AFAR23JXDJ068602
8	Caminhonete Ranger XL cd4	NRL-8J70	8AFAR22F1EJ244810
9	Caminhonete Frontier LE 25 x 4	HTO 1753/MS	94DVCUD40CJ834316
10	Caminhonete GM s10 colina d 4x4	HSH3G75/MS	9BG138JJ08C427719
11	Caminhonete fechada GM/ blazer	HSH-4732	Termo doação anexo
12	Caminhonete fechada GM / blazer	HSH-1798	Termo doação anexo
13	Caminhão Agrale 14000	RWB7J47/MS	9BYC78A2ANC000560
14	Caminhão Mercedes Benz Accelo 815 CE	REW5C84/MS	9BM979026MB211711
15	Caminhão Mercedes Benz Atego 2426	QAW0A87/MS	9BM958164LB160080
16	Caminhão Vw/24.280 CRM 6x2	QAB6011/MS	953658248LR004559
17	Caminhão Vw 26280 CRM 6x4	NRZ 3J00/RJ	953658260ER419315
18	Caminhão Volks 14.140	HQH-2768	
19	Caminhão Mercedes Benz 1516	HQH-4037	34530812691818
20	Caminhão Ford Cargo 2623 6x4	NRZ 3983/MS	9BFZEAMD5EBS56180
21	Caminhão Mercedes Benz Accelo 815 CE	HSU8835/MS	9BM979026JB109094
22	Caminhão Scania p124cb6x4nz 420	DGE1143/MS	9BSP6X4B013530406
23	Caminhão Mercedes Benz LK 1513	HQH 2789/MS	9BM345033HB748827
24	Caminhão Chevrolet d60	HRC0442/MS	BC683PPK26979





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

25	Caminhão Ford Cargo 1319	NRZ 3981/MS	9BFXEB1B8DBS55037
26	Caminhão Agrale 14000	RWB7J47/MS	9BYC78A2ANC000560
27	Caminhão Mercedes Benz Accelo 815 CE	REW5C84/MS	9BM979026MB211711
28	Caminhão Mercedes Benz Atego 2426	QAW0A87/MS	9BM958164LB160080
29	Caminhão Vw/24.280 CRM 6x2	QAB6011/MS	953658248LR004559
30	Ônibus m. Bens Of 1113	HQG 4381/MS	34405811064366REM

31	Patrol Xcmg	Nº SÉRIE: XUG18031ENPB00502
32	Patrol New Holland RG 170b	CEDIDO PELA AGRAER
33	Patrol New Holland VHP RG 170b	Nº SÉRIE: HBZN0170EKFO7580
34	Patrol Caterpillar 120k	Nº PATRIMÔNIO: 12434
35	Pá carregadeira Xcmg LW 300kv – pró solo	Nº SÉRIE: XUG0300VJNPB03439
36	Pá carregadeira Xcmg LW 300kv	Nº PATRIMÔNIO: 16448
37	Pá carregadeira Xcmg LW 300kv	Nº SÉRIE:
38	Pá carregadeira Fiat Allis FR-10	Nº PATRIMÔNIO: 7733
39	Escavadeira hidráulica Xcmg 225	Nº SÉRIE:XUG02152CNPA01270
40	Escavadeira hidráulica Hyundai LC-7 140	Nº PATRIMÔNIO: 9152
41	Retroescavadeira Rondon RD406	Nº PATRIMÔNIO: 10715
42	Rolo Compactador Liugong	Nº SÉRIE: LGJ6612ECNR056057
43	Trator Esteiras Caterpillar d4e	Nº PATRIMÔNIO: 7740
44	Trator agrícola Massey Ferguson 283	Nº PATRIMÔNIO: 7735
45	Trator agrícola Massey Ferguson 292	CHASSI 000T292407C012092

5. AS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

5.1. Não foram identificadas soluções diferentes capazes de suprir eficientemente a necessidade da Secretaria Municipal de Administração, haja vista não temos estoque disponível para suprir as demandas, sendo assim, foram consideradas as seguintes opções:

a) Serviços de borracharia oferecidos pelo município: torna-se inviável devido a secretaria municipal não possuir pessoal (borracheiros) e equipamentos adequados para fornecer a execução dos serviços, ou seja, falta mão de obra e insumos para exercer os serviços. Para a secretaria, diante das necessidades e custo benefício, a contratação de pessoal qualificado e aquisição dos equipamentos, geraria custos adicionais, ocasionando despesas significativas a longo prazo.

b) Prestadora de serviços de borracharia: se apresenta como a alternativa mais adequada, uma vez que atende plenamente ao interesse público. Considerando a necessidade de um processo ágil e a atual insuficiência de mão de obra especializada e equipamentos adequados por parte da secretaria, a contratação dos serviços torna-se indispensável. Tais serviços são essenciais para assegurar o bom desempenho dos veículos e a segurança dos usuários. Além disso, a utilização de serviços de borracharia contribui de forma significativa para a redução do risco de acidentes, garantindo maior proteção aos motoristas, passageiros e pedestres. Dessa forma, a prestação desses serviços é a única forma viável de execução, primando pelos princípios da economicidade, eficiência e planejamento estratégico.

5.2. Assim, a solução buscada que melhor atende a solicitação da administração pública é a alternativa “B”, pois é a melhor disponível no momento para a prestação dos serviços pretendida.

5.3. A escolha de contratar esse serviço de borracharia de um modo geral, seguindo os critérios de acessibilidade e sustentabilidade, é justificada por diversos fatores que agregam Garantia de Qualidade, Eficiência Operacional, e redução de custos a Longo prazo.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

5.5. Das formas de realização

5.5.1. Forma 01: Realização de licitação própria Pregão.

5.5.2. Forma 02: Adesão a ata de registro/contratos de outros órgãos.

5.6. Análise

5.6.1. Análise 1: A análise 01 apresenta uma maior viabilidade a Secretária Municipal de Obras, por ser um procedimento eficiente que atenderá a necessidade desta secretaria dentro dos prazos estipulados.

5.6.2. Análise 2: A adesão a ata de registros/contratos de outros órgãos não é de interesse desta secretaria, por ser compartilhada com outros órgãos, podendo não atender os prazos, agilidades e eficiência e mão de obra adequada.

5.7. Conclusão

Diante do exposto: Esta equipe conclui que para a efetiva contratação de serviços de borracharia deverá ser realizada Licitação própria por meio de Pregão na forma Eletrônica, pesando assim no princípio da economicidade, com isso buscamos atender e suprir as necessidades da Administração Pública, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Bodoquena-MS.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO:

6.1. A estimativa de valores para esta contratação de serviço de borracharia foi baseada em orçamentos realizados, a metodologia de cálculo utilizada para obtenção do valor de referência unitário foi a média ponderada dos valores unitários apresentados nos itens da solução. Realizou-se análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferi-





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

ção do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

6.2. Os valores levantados para essa contratação de serviço de borracharia foram estimados com base nos possíveis itens que atenderão ao descritivo quando o Termo de Referência for elaborado. Como o momento do levantamento de valores ainda são estimados, os valores apresentados são apenas especulativos, por não ser realizado pelo setor especializado e por ainda não haver, de forma conclusiva, as especificações detalhadas dos itens. Deste modo, não deve ser considerado de forma absoluta, mas sim como um dimensionamento do valor para fins exclusivamente de análise de viabilidade financeira da contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:

7.1. solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de borracharia destinados à manutenção da frota de veículos pertencente a secretaria municipal. Essa prestação de serviços abrange reparos, consertos, substituição, montagem e desmontagem de pneus, além de serviços emergenciais e de manutenção preventiva que garantam a plena operação dos veículos públicos. Considerando a indisponibilidade de estrutura própria, mão de obra técnica qualificada e equipamentos específicos por parte do município para a execução direta desses serviços, torna-se necessária a terceirização a fim de assegurar a continuidade e a eficiência das atividades desenvolvidas pela frota municipal. Esses serviços são fundamentais para a manutenção dos veículos que atendem setores essenciais como coleta de lixo e resíduos, patrolamentos, recolhimento de entulhos e manutenções de estradas e demais serviços administrativos, esse serviço garante o funcionamento adequado e seguro dos veículos municipais que desempenham funções essenciais para a população.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

8.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

9.1. A contratação dos serviços de borracharia para a frota da secretaria Municipal de Obras visa garantir a eficiência operacional dos veículos públicos, assegurando sua plena utilização para a prestação de serviços essenciais à população. Os resultados esperados com essa contratação são os seguintes: Reduzir o tempo de inatividade dos veículos, proporcionar maior segurança para motoristas, passageiros e pedestres, prevenindo acidentes ocasionados por falhas em pneus, realizar atendimentos de manutenção corretiva e preventiva de maneira ágil e eficiente, evitando atrasos nos serviços públicos, minimizar os gastos públicos com aquisição de novos pneus.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:

10.1. Não será necessária adoção de nenhuma providência a não ser as que esta Administração Municipal já dispõe.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

11.1. No caso do objeto deste Estudo, a aquisição não é correlata nem interdependente.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL:

12.1. Não se faz necessária qualquer apontamento sobre o tema.

13. GERENCIAMENTO DE RISCO

FASE DE ANÁLISE DE RISCOS			
(01) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor			
(02) Gestão do Contrato			
RISCO 01			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Id	Dano		
1.	Deficiência na entrega dos objetos/serviços licitados.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Fiscalizar o contrato sobre prazo de execução para entrega dos materiais/serviços a serem adquiridos.	Fiscal	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Aplicar penalidades previstas em Contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas de cada órgão.	Secretaria Municipal de Obras/ Procuradora Jurídica do Município.	
RISCO 02			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Id	Dano		





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

1.	Prejuízo ao erário;	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Elaboração do termo de referência e Especificações técnicas adequadas; Fiscalização de Contrato; Fiscalização da entrega.	Secretaria Municipal de Obras/ Procuradora Jurídica do Município
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Sanções e penalidades previstas no Contrato	Gestor/Fiscal de Contrato

MAPA DE RISCO

I M P A C T O	PROB A B I L I D A D E					
		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
	MUITO ALTO		R1	R1		
	ALTO	R1				
	MÉDIO	R1				
	BAIXO					
	MUITO BAIXO					

14. - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Considerando os levantamentos realizados para prestação de serviços de borracharia. 14.2. Recomenda-se a utilização da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO de Licitação amparado na lei 14.133/21.

14.1. Conforme fundamentação para prestação de serviços de borracharia citado acima, esta Equipe de Planejamento da Contratação considera que a solução escolhida é a mais **ADEQUADA** e **VIÁVEL**, recomendando assim a modalidade Pregão





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

Eletrônico de Licitação amparado na Lei 14.133/21, com base nos elementos anteriormente apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses do Município de Bodoquena-MS.

14.2. O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

Bodoquena-MS, 06 de março de 2026.

Elaborado por:

Lindaura Aparecida Coelho
Sec. Executivo Obras

Fiscal do Contrato:

Ivon Gomes
Operador de Maquinas

Gestor do Contrato:

Aurelio Alves Barbosa
Coordenador Estradas/Pontes/Mata-burros

Autorizado por:

Emerson Luna Bonfim
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

ANEXO II

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/XXXX**

Termo De Contrato Administrativo Nº XX/XXXX

Processo Administrativo Nº XX/XXXX

Pregão Nº XX/XXXX

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE
BODOQUENA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
XXXXXX E A EMPRESA XX/XXXX

O MUNICIPIO DE BODOQUENA, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 15.465.016/0001-47, com sede na Av. Manoel Rodrigues de Oliveira, 1020, Centro, por intermédio das SECRETARIAS XXXXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa Jurídica de direito privado XXXXXXXXXXXXXXXX doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo XXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no **Processo nº XX/XXXX** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da XXXXX Nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.148. O objeto do presente instrumento é a XXXXXXXXXXXXXXXX. nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.149. Objeto da contratação:





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

Item	Especificação	Qtde	Unidade de Medida	Valor Unit	Valor Total
TOTAL					

1.150. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.150.1. O Termo de Referência;

1.150.2. A Proposta do contratado;

1.150.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.151. A contratação terá validade de XXXXXXXX, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditado ou prorrogado.

1.151.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

1.151.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

1.151.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

1.152. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.153. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

1.154. **O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX**

1.155. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.156. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços prestados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.157. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega da Nota Fiscal, conforme Termo de Referência.

1.158. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

1.159. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

1.160. Quando o pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1.161. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.162. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

1.163. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.164. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

1.165. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.166. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.167. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.168. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.169. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- a) São obrigações do Contratante:
- b) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;
- c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- d) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- e) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a legislação.

Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

1.170. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem com defeitos ou incompatíveis com o serviço do objeto contratado;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- e) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros;
- f) Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- g) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;
- h) Relatar à Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração;





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

1.171. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.087 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

1.172. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.173. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) **Multa:**





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

1. Por atraso injustificado no cumprimento do contrato de fornecimento:
 - 1.2 de 0,5% (cinco décimas por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, por dia atraso, até décimo quinto dia;
 - 1.3 de 10% (dez por cento) por recusa injustificada em receber ou retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente em 05 (cinco) dias contados da notificação, incidente sobre o valor contratual
- 1.174. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.175. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 1.175.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.175.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 1.175.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.176. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.177. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena

1.178. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.179. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.180. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.181. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.182. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

1.183. As multas previstas neste contrato não impedem que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na legislação que rege a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.184. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

1.185. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.185.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.185.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.185.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.186. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.186.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.186.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.186.3. Indenizações e multas.

1.187. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.188. O contrato poderá ser extinto:

1.188.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021);

1.188.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.189. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do orçamento correspondente consignado nos seguintes elementos de despesa, na dotação abaixo discriminada:





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

13.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.190. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.191. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.192. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.193. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

1.194. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.195. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

1.196. Fica eleito o foro da Comarca de Miranda-MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Bodoquena – MS, XX de XXXXX de XXXX.





**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Bodoquena**

XXXXXXXXXXXX

Secretário Municipal deXXXXXXXX – Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

Testemunhas:

1)

CPF: CPF

2)

